

O crescimento dos fundos de pensão no Brasil está emperrado, e poucas empresas têm se disposto a criar planos de benefícios para os empregados. O excesso de burocracia para criar uma fundação e a falta de incentivos tributários são apontados como obstáculos para a expansão do sistema, segundo pesquisa da Gama Consultores, a que o Correio teve acesso. O levantamento indica também que o artigo 202 da Constituição Federal – que torna a Previdência complementar facultativa aos trabalhadores – contribui para a inércia dos brasileiros.

De acordo com o presidente da Gama, Antônio Gazzoni, das 176 empresas e entidades de classe de pequeno, médio e grande portes ouvidas para o estudo, 94 não oferecem o benefício a seus funcionários. Entre as que não têm planos de Previdência complementar, 52% afirmaram que tinham interesse em criar um. Nas estimativas dele, existem no país pelo menos 15 mil companhias com faturamento anual de até R\$ 200 milhões que teriam condições financeiras de instituir uma fundação. Apesar do potencial, Gazzoni explica que tanto os executivos quanto os trabalhadores vislumbram poucas vantagens e muitos empecilhos em tornar a Previdência complementar uma realidade.

O presidente da Gama detalha que parte dessa aversão está ligada aos baixos níveis de educação financeira e previdenciária dos brasileiros. Isso fica claro porque executivos, representantes de classe, empregados e os associados consideram a Previdência complementar a quarta prioridade entre os benefícios que devem ser oferecidos. Em primeiro lugar, estão os planos de saúde e odontológico, os convênios que oferecem descontos para diversas atividades e as facilidades para empréstimos bancários. “A Previdência complementar precisa se tornar uma política de Estado. O estudo concluiu que precisamos criar tributação diferenciada, flexibilizar os produtos, educar os brasileiros e tornar a adesão automática uma realidade”, afirma.

Dificuldades

Nos últimos seis anos, os fundos de pensão registraram um crescimento vegetativo do número de participantes e de patrimônio. O setor atingiu o ápice em 2007, quando o total de ativos representava 17,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2008, ano da crise internacional, despencou para 14,7%. De lá para cá, não houve expansão. No ano passado, todos os recursos das fundações representavam 14,1% do total de riquezas geradas no país. Para o presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), José Ribeiro Pena Neto, o tema Previdência complementar deixou de ser uma prioridade do governo.

Ele relembra que, no primeiro mandato do então presidente Lula, o diálogo era mais intenso, o que resultou em uma expansão do setor. Nesse período, o patrimônio dos fundos de pensão em relação ao PIB cresceu de 12,8% para 15,9%. “No segundo mandato de Lula e no governo Dilma, as coisas começaram a andar no piloto automático, sem envolvimento. Há uma certa miopia do Executivo em não enxergar o setor como uma alternativa para os problemas econômicos e sociais.”

Modelo

Na avaliação do professor da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Previdência José Roberto Savoia, o abandono do debate que incentivava a criação de fundos de pensão está relacionado ao modelo econômico adotado pelo governo, que se baseia no consumo. Na opinião dele, é incompatível que o Executivo fomente o gasto e também a formação de poupança. “O ideal seria pensar em um modelo de expansão em que as pessoas poupem mais. Isso seria importante para a sustentabilidade do crescimento do país”, comenta.

Savoia ainda destaca que a opção que o Brasil fez tornar a Previdência complementar facultativa reduziu a possibilidade de mais empresas oferecerem planos. E para piorar, a falta de educação financeira e previdenciária faz com que os profissionais desconheçam as vantagens dos fundos de pensão.

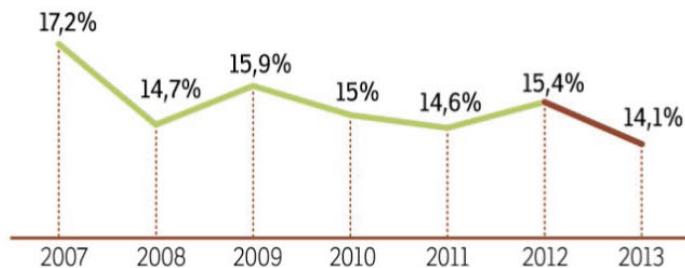
pensão. “É comum as pessoas fazerem consultas se não podem transformar a contribuição do patrocinador em um bônus imediato no salário.”

Barreiras ao crescimento

Confira quais são os principais obstáculos para a Previdência Complementar decolar no país

Estagnação do setor

O patrimônio das entidades encolheu em relação ao PIB



Nações com mais recursos aplicados em fundos de pensão

País	Recursos	% do PIB
Estados Unidos	10.839.889	72,2
Reino Unido	2.313.383	95,7
Japão	1.470.350	25,06
Austrália	1.345.506	93,2
Holanda	1.134.726	135,5
Canadá	1.106.091	63,6
Suíça	703.448	110,7
Brasil	308.240	13,8
África do Sul	300.276	82,5

Dificuldades

- A previdência complementar não é prioridade como benefício a ser oferecido aos empregados, tanto em empresas quanto em entidades de classe. Todos citam em primeiro lugar planos de saúde, convênios, linhas de crédito e por último o fundo de pensão
- A falta de educação financeira e previdenciária é outro obstáculo para que empresas e empregados se disponham a investir em planos de benefícios
- Isso fica claro pelo baixo nível de participantes das classes C e D que ainda preferem satisfazer desejos de consumo em vez de poupar para uma velhice tranquila. Essa escolha leva a um nível de endividamento que impossibilita a adesão a um plano de benefícios
- As companhias reclamam que o excesso de burocracia para constituir um fundo e o custo elevado são empecilhos para que a previdência complementar decole
- Falta de incentivos tributários para estimular empresas a criarem fundos de pensão para os trabalhadores
- Impasse jurídico que impossibilita as empresas a adotarem um regime de adesão automática de empregados. No país, o ingresso é facultativo e o próprio setor reclama que isso emperra o crescimento do número de participantes
- A baixa flexibilidade dos produtos, em que os participantes não podem fazer qualquer retirada de recursos, também espanta interessados que não poderiam usufruir da poupança nem em momentos de necessidade



Fonte: Correio Braziliense, em 18.09.2014.